



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Linguística



**Lei 145/2002 – Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas
no município de São Gabriel da Cachoeira: O primeiro passo
Legal para o Direito à Diversidade Linguística no Brasil**

**Eneida Alice Gonzaga dos Santos
(UFRJ/UFAM)**

O município de São Gabriel da Cachoeira está situado às margens do Rio Negro, seu principal rio que em seu alto curso, recebe, pela margem direita, o rio Içana e o Uaupés, formando a região do Alto Rio Negro, no noroeste amazônico brasileiro, na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Venezuela. São Gabriel da Cachoeira também é conhecido como Cabeça do Cachorro.

Multilinguismo

São Gabriel da Cachoeira é um município multilíngue. Para os povos da família linguística Tukano Oriental, por exemplo, que se baseiam na exogamia linguística como regra de matrimônio, portanto, para estes povos, há a obrigatoriedade do casamento com mulher falante de outra língua. Este tipo de regra conduz a indivíduos bilíngues precoces ou, mais frequentemente ainda, à proficiência em várias línguas, dado que numa comunidade há falantes potenciais de várias línguas.

Multilinguismo

Grande parte dos cidadãos indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, praticamente, dominam pelo menos uma das três línguas cooficializadas, independente de falarem também outra língua da sua própria etnia, já que estas três línguas são línguas veiculares de territórios linguísticos específicos: Tukano é a língua veicular da bacia do Uaupés, incluindo os afluentes Tiquié, Papuri e Umari; Nheengatu é a língua veicular do Rio Negro, incluindo-se ainda o rio Xié até Anamoim e o baixo curso do Içana; a língua Baniwa, por sua vez, domina o médio e o alto curso do rio Içana e o rio Aiari.

Multilinguismo

A única exceção são os Yanomami, que não dominam nenhuma destas línguas veiculares porque estão fora da área cultural rionegrina propriamente dita. Os povos Maku, em geral, têm conhecimento também do Tukano, especialmente os homens, e esta proficiência tem crescido à medida que os Hupda e Yuhup se aproximam das comunidades falantes de Tukano nas margens dos rios, abandonando, em muitos casos, seus territórios tradicionais no centro da floresta.

Magistério Indígena

O Curso de Magistério Indígena II deu continuidade política linguística estabelecida no Magistério Indígena I, e iniciou o processo de discussão de um Curso Superior Indígena que desse continuidade à Metodologia de Ensino e Política de valorização das Línguas cooficiais iniciada no Magistério Indígena.

Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

Nas turmas I e II do Magistério Indígena deram início à discussão acerca de um curso superior indígena nos moldes do que fora o Magistério Indígena. A ideia foi para além do espaço da sala de aula, e em Assembleias e reuniões da FOIRN, tornou-se ponto de pauta. Portanto, o Curso de “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” foi proposto com o apoio e participação de estudantes indígenas, professores indígenas, lideranças indígenas, movimento indígena, assessores e colaboradores do Magistério e Indígena e professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino.

Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

Podemos afirmar que o referido Curso foi amplamente discutido com as comunidades indígenas e demais instituições no período de 2005 a 2009. Destaca-se a participação do Professor Dr. Gilvan Müller de Oliveira, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, como assessor do Magistério Indígena e um dos formuladores da Política Linguística e Metodologia de Ensino que foi fundamental para a concepção teórico-metodológica do Curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais da Universidade Federal do Amazonas.

Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

O curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, realizado em São Gabriel da Cachoeira, dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro de acordo com a territorialidade linguística, é regular, com ingresso bianual, e conta atualmente com 03 turmas, a saber, Baniwa, Tukano e Nheengatu, turmas estas definidas a partir da territorialidade linguística.

Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

- Sendo assim, de acordo com a territorialidade linguística, são oferecidas 120 vagas exclusivamente para indígenas, divididas em 40 vagas por turma:
- Turma Nheengatu: para os falantes da língua Nheengatu, realizada na comunidade de Cucui, na calha do rio Negro;
- Turma Tukano: para os falantes da família linguística Tukano Oriental, realizada na comunidade de Taracuí, calha do rio Uaupés;
- Turma Baniwa: para falantes das línguas Baniwa e Kuripako, na comunidade de Tunui, calha do rio Içana.

O Curso ocorre nas Comunidades Indígenas

- Os estudantes recebem os professores da UFAM nas áreas onde moram;
- O objetivo é interagir com a comunidade em seu local de vivência.

Processo seletivo

- Memorial, escrito em uma das línguas indígenas cooficiais ou não cooficial: o candidato relata sua experiência educacional;
- Entrevista: o candidato demonstra proficiência na língua de trabalho do polo, expressando suas ideias sobre educação indígena e sua experiência de vida.

Política Linguística: a valorização e fortalecimento das línguas e cultura

A política linguística adotada pela “Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” tem como objetivo a promoção das línguas veiculares cooficiais, na medida em que está estabelecida sobre as mesmas bases conceituais e também territoriais, do trabalho já iniciado na formação de professores do Magistério Indígena. Assim, por estar em consonância com esta formação, pode, por um lado, complementá-la e por outro, também evitar as contradições frequentes e, por vezes desastrosas, encontradas no sistema educacional brasileiro, em que, muitas vezes, uma instituição destrói o que outra instância educacional já realizou ou está realizando.

Política Linguística

Desde seu início, a referida licenciatura adotou como política linguística a utilização das três línguas indígenas cooficiais como idiomas de instrução, ou seja, as discussões e os trabalhos são feitos nessas línguas.

A mesma política linguística se estendeu para as turmas Nheengatu de Santa Izabel do Rio Negro, Sateré-Mawé e Yanomani

Política Linguística

Portanto, salienta-se que cada língua dos povos indígenas do Rio Negro desempenha um papel na licenciatura indígena, desenvolvida nas três turmas:

- a língua de instrução, as cooficiais em cada pólo;
- as línguas de trabalho, as que são faladas/empregadas pelos discentes sendo ou não cooficializadas;
- línguas não indígenas: indispensáveis para o uso em situação de contato com a sociedade nacional e outros povos, funcionando neste caso, como língua que estabelece relações de contato interétnico, com indígenas que falam línguas diferentes das do Alto Rio Negro.

Política Linguística

Todas as atividades são desenvolvidas em consonância com a perspectiva do ensino da língua portuguesa como língua auxiliar, portanto como conteúdo que subsidiará o aluno a desenvolver as quatro habilidades (compreensão e produção oral e, compreensão e produção escrita) no Português do Brasil.

Metodologia de Ensino

A metodologia de trabalho é a do 'Ensino via Pesquisa', que é uma concepção curricular que parte da ideia de que o currículo é aberto, e se estrutura sobre PROBLEMÁTICAS – perguntas formuladas pelos discentes sob a supervisão do professor, e que serão respondidas processualmente a partir de PESQUISAS, realizadas pelos alunos.

Produção Literária

Há também a preocupação com a constituição de um corpo de material escrito diversificado, de acordo com as necessidades dos falantes. Isso implica na constituição de literatura narrativa, histórica ou etnoconhecimento na constituição de léxicos terminológicos específicos, apropriados para permitir a tradução das e para as línguas envolvidas e na constituição de um corpo de profissionais capacitados, não só para as atividades docentes, mas também para as atividades de criação textual, digitalização das línguas, tradução, etc.

Produção Literária

Os resultados das pesquisas realizadas pelos estudantes são publicadas nas línguas indígenas e visa estimular seu uso;

É utilizado como fonte bibliográfica a fim de socializar os conhecimentos neles registrados.

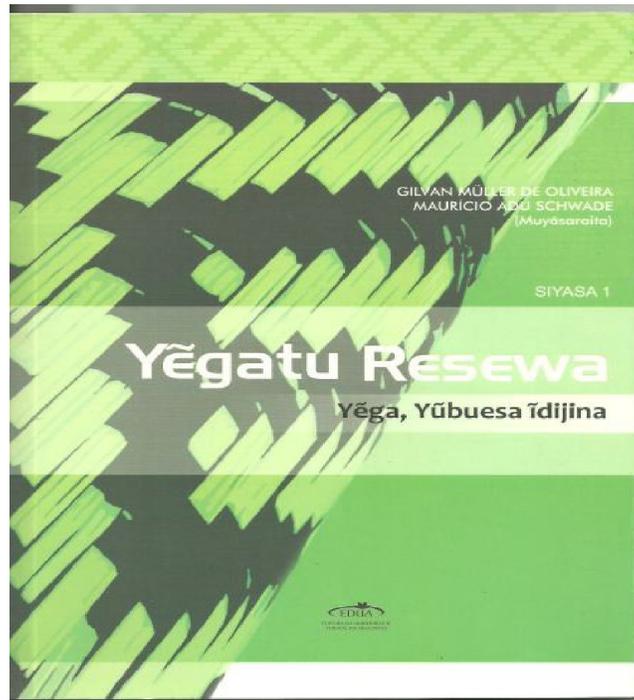
O objetivo é fortalecer as línguas indígenas e conter a diglossia do Português em relação a elas. Esse material já é uma referência científica escrita por eles, eles são os pesquisadores em suas línguas

Produção Literária: Coleção Saberes Indígenas

Esta coleção envolve 03 cadernos de pesquisa (Tukano, Baniwa e Nheengatu) que tem como objetivo divulgar os resultados das pesquisas realizadas pelos estudantes da “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” da Universidade Federal do Amazonas, cuja edição na língua materna visa promover a valorização das línguas indígenas e o fortalecimento de uma educação superior indígena específica e democrática. Ressalta-se que os nomes foram criados pelos estudantes das referidas turmas.

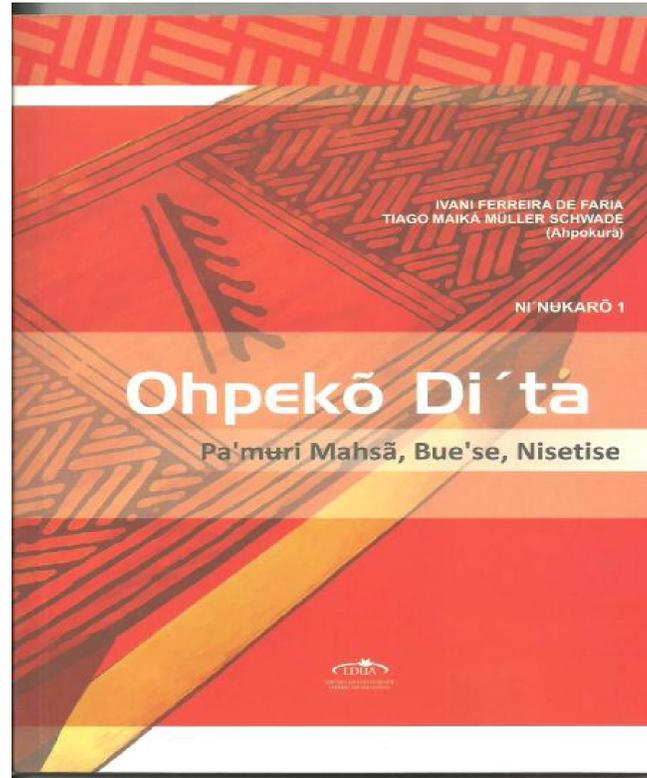
Produção Literária: Coleção Saberes Indígenas

- **Cadernos Nheengatu**, denominado *Yegatú Resewá*, “falando sobre o Yegatu”.



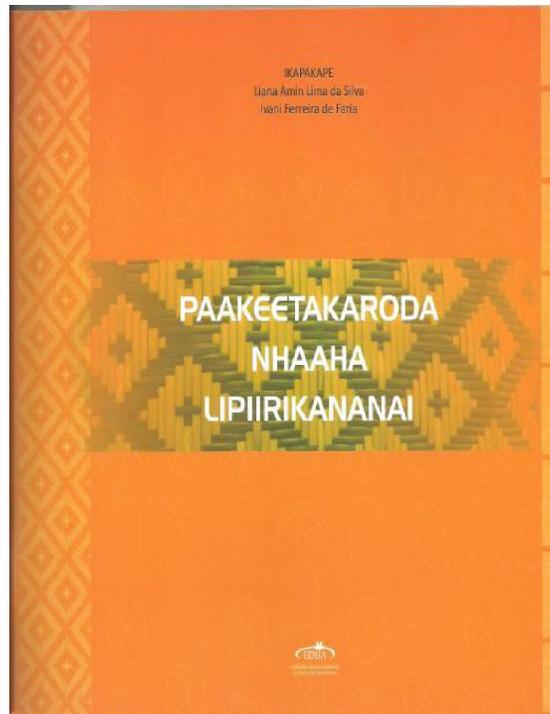
Produção Literária: Coleção Saberes Indígenas

- Cadernos Tukano, denominado *Ohpekõ Di'ta*, (“Mãe Terra”)



Produção Literária: Coleção Saberes Indígenas

- **Cadernos Baniwa**, denominado de *Baniwanai Ianheekh*, “conhecimento ou saberes do povo Baniwa”.



Construção da Autonomia

Trata-se de uma política linguística de promoção das línguas veiculares indígenas, e de sua equipagem para que possam ocupar funções cada vez mais sofisticadas no mundo do letramento e da administração pública;

A UFAM com esta licenciatura, mostra sua capacidade de perceber os contextos sociopolíticos e socioeducacionais em que trabalha.

Considerações Finais

Ao mesmo tempo que fortalece a identidade, a cultura e a organização do movimento indígena, o curso *Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável* busca fortalecer as demais línguas maternas que são empregadas como línguas de trabalho tanto na oralidade quanto na escrita, durante o desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas e culturais

Considerações Finais

A Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável é uma licenciatura indígena, pensada a partir da realidade social, cultural, histórica e linguística dos povos indígenas envolvidos. Os conteúdos a serem trabalhados são propostos pelos alunos de acordo com as necessidades e anseios do seu povo.

Referência Bibliográfica

- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- LAGARES, Xoán Carlos. Qual Política Linguística ? ; desafios glotopolíticos contemporâneos. 1 Edição. São Paulo. Parábola 2018.
- MELGUEIRO, Zilma Henrique A Situação Sociolingüística Nas Escolas Indígenas Irmã Inês Penha E Dom Miguel Alagna Na Cidade De São Gabriel Da Cachoeira (AM). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal De Pernambuco, CAC. Letras, 2012.
- Michele Siu Mui Yu, Viviane da Silva Welter e Isis Ribeiro Berger, (2017): “A cooficialização de línguas no Brasil: competência legislativa e empoderamento de línguas minoritárias”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (octubre-diciembre 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/04/cooficializacao-linguas-brasil.html>

Referência Bibliográfica

- OLIVEIRA, G. M. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística. Synergies Brésil. n. 7., 2009, pp. 19-26. Verão online disponível em <http://ressources-cla.univ-fonte.fr/gerflint/Bresil7/Gilvan.pdf>
- _____ (org.). Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Novas perspectivas em política linguística. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.
- http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf
- SILVA, Fabiana Sarges da. A lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira-AM: questões sobre política linguística em contexto multilíngue. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.
- UFAM. Projeto Político Pedagógico da Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM, 2014.

Referência Bibliográfica

<https://www.youtube.com/watch?v=RMo9BcY7Ebo&list=PLIDHr4epaWUQj5MjYulaubK6MQR6W-AZN&index=1>

<https://www.youtube.com/watch?v=x06Qtw3Qg04&list=PLIDHr4epaWUQj5MjYulaubK6MQR6W-AZN&index=2>

<https://www.youtube.com/watch?v=x06Qtw3Qg04&list=PLIDHr4epaWUQj5MjYulaubK6MQR6W-AZN&index=3>

<https://www.youtube.com/watch?v=x06Qtw3Qg04&list=PLIDHr4epaWUQj5MjYulaubK6MQR6W-AZN&index=4>

<https://www.youtube.com/watch?v=x06Qtw3Qg04&list=PLIDHr4epaWUQj5MjYulaubK6MQR6W-AZN&index=5>

<https://www.youtube.com/watch?v=x06Qtw3Qg04&list=PLIDHr4epaWUQj5MjYulaubK6MQR6W-AZN&index=6>